

SINAIS DESENCONTRADOS FOTOGRAFIA E PROPAGANDA EM CONTEXTO COLONIAL

MISMATCHED SIGNS PHOTOGRAPHY AND PROPAGANDA IN A COLONIAL CONTEXT

LUÍS CUNHA*
lmcunha@ics.uminho.pt

Tanto o colonialismo como as diferentes expressões de resistência que o foram erodindo se fizeram de ações, e estas nunca dispensaram o apoio de palavras e de imagens. É para a forma como estas categorias se combinam que orientaremos o olhar, procurando perceber de que modo as narrativas de legitimação colonial e de apelo à independência fizeram uso de um instrumento tão poderoso como a fotografia. Recorreremos a diversos materiais que reportam ao registo propagandístico, mostrando uma intencionalidade que visa *convencer* mais do que *informar*. Faremos da guerra colonial o centro deste texto, o que significa tomá-la como o momento mais expressivo do confronto entre diferentes representações do território colonial. Se Portugal o via como parte de um todo indivisível, os movimentos de libertação encaravam-no como espaço ocupado e abusado por forças alheias aos interesses legítimos das populações africanas. Longa e sangrenta, feita de muitas frentes, a guerra colonial fez-se também na propaganda. Os panfletos, cartazes e fotografias, testemunhando o convívio pacífico ou mostrando as atrocidades cometidas, foram parte do confronto, revelando muito acerca da tessitura de relações que estruturaram o domínio colonial e das dinâmicas que conduziram à constituição de novos estados em África.

Palavras-chave: propaganda colonial; colonialismo; guerra colonial.

Both colonialism and the different expressions of resistance that came to erode it were build up with actions and they never lacked the support of words and images. We will guide our gaze to the way in which these categories combine, trying to understand how the narratives of colonial legitimacy and of appeal for independence made use of such a powerful instrument as photography. We will make use of various sources that are connected to a propaganda style that seeks to *convince* rather than *inform*. We will center this text on the colonial war, which means taking it as the most expressive moment of the confrontation between different representations of the colonial territory. Whereas Portugal saw it as a part of an indivisible whole, the liberation movements saw it as a territory occupied and abused by forces foreign to the legitimate interests of African populations. Long and bloody, made up of many fronts, the colonial war was also fought in propaganda. The pamphlets, posters and photos, showing either peaceful coexistence or the atrocities committed, were part of the confrontation, revealing a lot about the fabric of relations that structured colonial rule and the dynamics that led to the formation of new states in Africa.

* Antropólogo, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). ORCID: 0000-0002-9940-9265.

Keywords: colonial propaganda; colonialism; colonial war.

Data de receção: 31-05-2021
Data de aceitação: 10-11-2021
DOI: 10.21814/2i.3444

1. Exórdio

Para além de eficácia das armas e do poder dos exércitos, o resultado das guerras depende da capacidade de mobilização que as convicções alimentam, tal como da habilidade para semear a dúvida ou a descrença nos opositores. Isto é verdade, sobretudo, quando o *povo* passou a ter uma participação direta na guerra, isto é, quando esta se tornou, verdadeiramente, uma *causa nacional*. Maquiavel (1994, pp. 85 ss) terá sido dos primeiros a apontar as vantagens das milícias populares por sobre os exércitos mercenários, tão comuns no seu tempo, percebendo, antes de outros, o valor do patriotismo para a mobilização dos cidadãos. Este fator, que só se afirmará definitivamente com a consolidação do Estado-nação, culmina um processo multissecular, que Pierre Bourdieu (2014) explanou com detalhe numa obra que resultou das suas lições no Collège de France.² No contexto histórico da modernidade, as modificações no modo de fazer a guerra devem ser vistas como consequência da reorientação das fidelidades pessoais para uma relação perene com o *soberano*, que se corporiza em três fatores de estabilidade: um Estado, um território e uma cultura nacional. Resulta daqui, e de acordo com o quadro do direito internacional clássico (Habermas, 2015:278), uma circunscrição da guerra, que apenas o é, plenamente, quando reporta ao confronto entre soberanias legítimas. Toda a conflitualidade que escape a este enquadramento deve ser regulada pela ordem pública interna.

Quando os estados europeus, fortalecidos pelo centralismo absolutista que garantiu a monopolização da violência legítima e o controlo exclusivo das máquinas tributária e jurídica (Bourdieu, 2014, p. 279 ss), se lançaram no empreendimento colonial, não dispensaram a força militar, mas recorreram a processos de legitimação cuja eficácia sempre dependeu da combinação de violência simbólica e física. A extensão do ordenamento político estatal europeu a territórios ultramarinos, sem prejuízo das variações que sempre comportou, fez-se em nome de uma *razão universal*, que encontrava expressão tanto na transcendência de uma revelação religiosa que deveria ser dada a conhecer a todos os povos, quanto na maximização do potencial económico de territórios vistos como desocupados ou subaproveitados. Razão tida por universal, que nunca foi mais que a maximização do aproveitamento dos recursos agropecuários e mineiros, garantida por uma máquina de dominação que apenas se revelava eficaz pela submissão dos corpos e das almas, ou, se se preferir, da vontade e do desejo.³ O argumento de uma *razão* que sendo universal não era *comum*, ou que apenas se tornava comum após um longo processo de submissão e aprendizagem, durou, formalmente, até 1961 nos territórios africanos sob tutela portuguesa. A universalização da cidadania plena, meramente formal e quase totalmente inconsequente que decorre da abolição do indigenato, coincidiu com a eclosão dos movimentos de libertação, o que nos devolve à guerra e às narrativas que a explicam e legitimam.

² Veja-se como Clausewitz (1955: 677) coloca a questão: “À época das guerras da Silésia no século XVIII, a guerra era ainda um mero assunto do Gabinete de governo, no qual o povo só participava como instrumento cego; no início do século XIX os povos de ambos os lados pesavam na balança” (tradução nossa).

³ A escravatura é a expressão máxima desta submissão, sendo a sua prática justificada numa combinação de *razões imperativas*, misturando uma filantropia hipócrita – que acreditava promover a elevação material e espiritual dos negros – com as necessidades de mão-de-obra do modelo de produção proto capitalista, legitimando a exploração através de uma definição *científica* de hierarquias raciais (Bethencourt, 2015, p. 329).

Como vimos, o entendimento dos vínculos políticos desenhados pela modernidade deslegitima a guerra enquanto instrumento de sutura entre a ordem soberana e qualquer parte do espaço territorial governado por essa ordem soberana. Este era já o entendimento de Kant nas suas propostas para a implementação de uma paz perpétua (1995), de acordo com um princípio geral que Herdt & Negri (2004, p.18) sintetizam com clareza:

Um dos elementos centrais do projecto político que caracteriza as teorias modernas da soberania – liberais ou não liberais – foi o de pôr fim à guerra civil e destruir o estado de guerra constante, relegando a guerra para as margens da sociedade e limitando-a a situações excepcionais. Só a autoridade soberana – isto é, o monarca ou o Estado – poderia fazer a guerra e só poderia fazê-la contra outra potência soberana. Por outras palavras, a guerra era expulsa do campo social interno da nação e reservada exclusivamente aos conflitos externos entre Estados.

Este entendimento, que faz convergir a razão kantiana com o postulado do monopólio da violência legítima weberiana, assenta num pressuposto e numa falsificação. O pressuposto é o da existência de uma Constituição, entendida enquanto ato de vontade geral, com base na qual a *massa* se faz *povo*. A falsificação decorre do entendimento do território como uma unidade integrada, que por via dessa integração desqualifica as fronteiras internas, sejam estas geográficas, culturais, sociais ou políticas. A convicção otimista, uma vez mais kantiana, na possibilidade de uma cidadania constitucionalizada, choca de frente com a realidade colonial, onde nunca existiu uma ordem constitucional integradora, nem a possibilidade de a aplicar a um território descontínuo e marcado por processos institucionalizados de exploração racial.

No caso português, o desmantelamento da ordem imperial/colonial ocorreu tardiamente e após treze anos de conflito armado. Esta duração, mas também a densidade e abrangência que a caracterizaram, são fatores que ajudam a explicar que esta guerra permaneça viva e com muitos nós por deslaçar. Alimenta ainda a imaginação política de quem se posiciona tanto à direita quanto à esquerda, e continua a funcionar, para quem nela combateu, como nó de significação onde se cruzam diferentes registos de memória, muitas vezes traumáticos (Quintais, 2000). Como em qualquer guerra, estavam em causa valores absolutos, que não competia discutir a quem estava no campo de batalha, independentemente do lado pelo qual combatesse. No caso português a defesa da integridade nacional, o valor de uma portugalidade alimentada por fantasias imperiais; no caso das populações africanas, o desígnio da independência, que não admitia traição ou dissidência. Estes posicionamentos alimentaram os processos de mobilização (e desmobilização) a que nos referiremos de seguida, mas explicam também as diferentes estratégias narrativas usadas na propaganda. Portugal procurou sempre recusar ao conflito a classificação de uma *verdadeira guerra*. Não estando em confronto dois estados soberanos, do que se tratava era de meros desacatos, mais tarde designados por atos terroristas, a que se devia responder com força militar convencional, combinada com estratégias de *guerra subversiva*. Do lado oposto, a legitimidade do confronto decorria da necessidade de reparação das injustiças coloniais, fortalecida pelo reconhecimento do princípio da autodeterminação dos povos, tal como ficara consignado no artigo primeiro da Carta das Nações (1945).⁴ Perante a inexistência de uma definição clara do conceito de *povo*, inclusive por parte das Nações Unidas (Villoro, 2002, p. 214), Portugal argumentava que o povo português era um só, não fazendo sentido a autodeterminação, atribuindo os conflitos à manifestação de interesses estrangeiros ilegítimos. Esta

⁴ As motivações e os processos de luta pela independência dos territórios africanos colonizados remete para processos longos e complexos, tal como Yves Benot (1981) explanou ainda no calor dos acontecimentos – a publicação original é de 1969.

discussão, simultaneamente jurídica e política, pode parecer pouco relevante para o que aqui se discute, mas importa não desvalorizar a sua importância no debate sobre diferentes legitimidades – o direito à governação de territórios ultramarinos face ao direito à independência das populações colonizadas. Diferentes legitimidades que se confrontaram nas várias frentes de guerra, incluindo a propaganda, entendida aqui no sentido minimalista proposto por Thomson (2000, p. 19): “utilização por um grupo de pessoas de todo o tipo de técnicas de comunicação com o fim de obter alterações de atitude ou de comportamento entre outro grupo de pessoas”. O que esteve em causa foi sempre a capitalização do discurso dentro do grupo que o produziu, no sentido de assegurar fidelidade a uma causa, mas também a orientação da narrativa para o exterior, procurando um efeito de desmobilização no inimigo e de apoio das entidades e dos países com maior peso político. Será deste confronto comunicacional e do efeito que produz no fortalecimento ou diluição dos vínculos entre cidadão e ordem soberana que agora nos ocuparemos.

2. Imagem e narrativa

Nos últimos anos a produção de trabalhos académicos sobre colonialismo, descolonização e pós-colonialismo tem sido notável, pelo menos por referência a um passado próximo. As fotografias de recorte colonial e os *quadros sociais de memória* que a partir delas se foram constituindo vão definindo um campo de pesquisa promissor e estimulante. Merece especial destaque a obra organizada por Filipa Lowndes Vicente, *O Império da Visão* (2014), onde se mostra de forma bem expressiva a quantidade e qualidade da pesquisa que vem sendo feita sobre o tema. O contributo que aqui se oferece não foge, evidentemente, a esses debates, nomeadamente no que concerne aos processos de legitimação das narrativas coloniais e à evocação das lealdades nacionais no contexto das lutas de libertação.⁵ Proponho-me fazê-lo a partir de um conjunto de materiais dispersos que remetem, todos eles, para a busca de um efeito de adesão ou de rejeição.⁶ Aos milhares de folhetos e cartazes distribuídos pelo exército português, responderam os movimentos de resistência de uma outra forma, com menos recursos, ainda que procurando efeito semelhante. Destinados a populações frequentemente iletradas, o material distribuído pelo exército português vive da ilustração, que apenas em alguns casos é fotográfica. Quanto às forças independentistas, os exemplos de coragem e de sacrifício ocupam um lugar importante no esforço de mobilização das populações.

Apesar dos tiros e das emboscadas, a propaganda e os atos políticos de ambas as partes, seguindo sempre sinais desencontrados, faziam o seu percurso, dentro e fora do país. Vendo o império ameaçado de dissolução, Portugal reagiu tentando minorar os danos. Logo em 1951 aproveitou uma revisão constitucional para revogar o Ato Colonial, passando a designar as colónias por províncias ultramarinas. Dez anos mais tarde, coincidindo com os primeiros atos de rebelião, foi abolido o Estatuto do Indígena. Alterações cosméticas, também elas propagandísticas, que nada alteraram de essencial: o

⁵ Se é certo que o Estado Novo recorre constantemente à ideia de *nação* como entidade de agregação *natural*, é também indiscutível que é em torno de um modelo idêntico de agregação que a independência é pensada – *nação* angolana ou moçambicana, por exemplo – como se não fosse possível sair do modelo político construído pela modernidade ocidental (Villoro, 2002).

⁶ Imagens dispersas, ainda que abundantemente reproduzidas em vários *sites*. Também aqui se verifica um crescente interesse por este género de materiais, sendo disso exemplo a publicação recente de *A Conquista das Almas*, obra organizada por Aniceto Afonso e Carlos Gomes a partir de uma coleção de cartazes e folhetos recolhidos em Moçambique por um militar português, o coronel Rodrigo de Sousa e Castro.

império, que fora sempre mais imaginário que real (Lourenço, 1992), revelava-se incapaz de modificar as raízes com que se constituía, conservando formas de exploração que em muitos aspetos eram pré-modernas. A persistência de práticas de um tempo já passado e a sua projeção no quotidiano da gestão colonial perpassam em vários níveis, desde a literatura reconhecida e premiada (Ribeiro, 2012), ao modo de construção do conhecimento científico colonial, abundantemente ilustrado em vários dos contributos presentes na obra coordenada por Filipa Lowndes Vicente. É esse o *império da imaginação*, que se oferece a quem vive longe, transposto num postal ilustrado que mostra um território diverso mas coeso, multipolar mas uno. Vista panorâmica que pode sair da imobilidade do postal ilustrado para ser exposta ao olhar do visitante da Exposição Colonial do Porto (1934), tal como pode chegar a todas as casas do país através das obras premiadas nos concursos literários da Agência Geral das Colónias ou das revistas e boletins da ação missionária. A este cenário, cordato e apaziguado, veio a guerra acrescentar novas camadas de significação, obrigando a repensar não tanto a natureza das relações coloniais, mas o modo como elas *deviam* ser imaginadas.

Antes de recorrer a exemplos concretos da utilização de fotografias, pretendemos identificar alguns dos tópicos narrativos que de forma mais evidente foram convocados na tentativa de afirmação do *império* como um lugar integrado e coeso, ou, na pior das hipóteses, em vias de coesão. Colocámos a ênfase no período da guerra colonial, por ser esse o momento em que de forma mais evidente e indelével Portugal se confrontou com formas de contestação que visavam uma destituição de poder, irreduzível a qualquer reforma. Consideramos que podem ser identificadas pelo menos duas linhas narrativas bastante claras no material propagandístico produzido nesse contexto. A primeira delas assenta na ideia de *integração incondicional*, ou seja, não mediada pela necessidade de um processo civilizacional e missionário, remetendo de forma difusa para uma conciliação entre *absorção* (no sentido de identificação com o *outro*) e *igualização*, fator sugerido pela colocação no mesmo plano de colonizador (habitualmente um militar) e colonizado (muitas vezes uma criança). A segunda linha narrativa assenta na exposição de uma *fratura*, que se serve da oposição *nacional/estrangeiro* para fomentar a deserção nos exércitos de libertação, promovendo o regresso ao *corpo nacional*, processo entendido como correção de um erro ou engano. Estas linhas narrativas, que enformarão a propaganda militar durante a guerra, não negam, no entanto, algo que corre de forma mais profunda, suporte necessário à ordem colonial, sedimento de legitimação que pode ser disfarçado ou maquilhado, jamais abandonado de forma definitiva. Falamos da condição de *submissão* que se exige ao colonizado, seja enquanto sinalização de uma inferioridade irremovível, seja como situação transitória para a plena participação no corpo nacional. Com a Figura 1, que destaca a docilidade e plasticidade de corpos colonizados reduzidos a veículos de afirmação da grandeza e extensão imperiais, abrimos uma exceção ao enquadramento da guerra para ilustrar este efeito de submissão como condição constitutiva da *ordem colonial*.



Fig. 1 – 1936 [Disciplina e obediência dos corpos]

Este alinhamento de corpos obedientes, que desenham letras com que transmitem uma mensagem, foi realizado em Timor, por forma a associar este território distante à celebração do 10º aniversário do golpe de 28 de maio de 1926. Além da saudação ao Chefe de Estado, marechal Carmona, foi igualmente evocado Salazar e desenhadas as palavras «Revolução Nacional»⁷. Prova de que todo o império estava com o Estado Novo e com os seus dirigentes, a *performance* serviu igualmente de testemunho de obediência e de reconhecimento do vínculo à *portugalidade*, ou seja, a uma transcendência de ordem espiritual antes que administrativa. *Ordem espiritual* que exigia a submissão do colonizado, entenda-se, a disponibilidade do *outro* para uma transformação que o aproximasse do colonizador, absorvendo uma *fé* e uma *ordem civilizacional* que supostamente permitiria a inserção plena no *corpo nacional*. Tendo na base uma hierarquia assente na *raça*, a promessa de integração permitia disfarçar a exploração real sob a capa de uma *missão civilizacional*, englobando *elevação espiritual* – oferecida pelo cristianismo – e *modernização* – garantida pela transformação das formas de produção e de consumo. Entre os anos 30, de que data a fotografia, e o impulso independentista nascido na Conferência de Bandung (1955), mudou muito, ou quase nada – depende de como se olhe. Se a independência do Gana (1957) abre um processo imparável e que rapidamente alastrará a todo o continente, Portugal vai ainda resistir vinte longos anos ao abandono do sonho imperial. Fê-lo recorrendo a revisões jurídicas formais, como a abolição do indigenato, recorrendo também ao que antes rejeitara, nomeadamente à narrativa lusotropicalista de Gilberto Freyre, útil na alegação da suposta excecionalidade do colonialismo português.⁸ Ainda que apenas retóricas e puramente instrumentais, estas correções sugeriam uma distensão do corpo nacional por forma a integrar como *cidadãos* aqueles que até ali eram *indígenas* em processo de *assimilação*. A propaganda difundida no contexto da guerra colonial é marcada por esta necessidade retórica de promover uma ideia de *igualização*, expulsando para fora do corpo nacional a *fratura* que explicava a guerra, dessa forma se definindo os dois registos comunicacionais principais de que já falámos e de que agora nos ocuparemos.

⁷ Este conjunto de fotos, mostrando estas diferentes mensagens evocativas do aniversário da Revolução Nacional, fazem parte da coleção particular de José Manuel Paula, tendo sido publicadas na obra de Joaquim Vieira (1999), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1930-1940*.

⁸ Para uma leitura desta *excecionalidade* perspetivada a partir da literatura e da guerra colonial, cf. Vecchi, 2010.

3. A guerra das imagens

Fig. 2 – 1971 [A paz na guerra]



Fig. 3 – 1969 [Psicologia em ação]



observada na Figura 1, sinaliza de igual modo a *ordem colonial* como lugar de convergência.

A Figura 2, cartaz de 1971, ilustra o primeiro destes registos. Como dissemos, pode ser caracterizado pela ideia de *igualização*, que é também uma *absorção* e, nesse sentido, uma negação da alteridade, expressa na harmonia entre a força colonial militar e uma criança nativa, simultaneamente indefesa e pura, isto é, que não passível de rebeldia. Complementa-a a Figura 3, um cartaz do final da década de 1960 no âmbito do programa de Ação Psicológica do Exército Português, mostra o efeito de absorção levado ao paroxismo da *fusão*, ou seja, da diluição das fronteiras entre o que fora diferente e se torna uno.⁹

A centralidade conferida às crianças nativas que se observa nestes exemplos mostra afeto e humanitarismo, podendo ser vista como ilustração de um colonialismo cordato, convergente com o espírito lusotropicalista.¹⁰ Vendo desta forma a Figura 3, a arma ganha nova significação, deixando de ser sinal de força, para se tornar num instrumento de defesa de um suposto bem comum, traduzindo uma união inter-racial que os braços em V simbolizam.¹¹ Esta leitura benigna deve ser conjugada com um segundo plano de análise que sublinha a dimensão política da mensagem, desvelando a sua dimensão propagandística: fazer do recetor testemunha do sucesso do *ato civilizacional* português. A Figura 4 evidencia de forma bastante clara esta dimensão política. A exibição da bandeira e a guarda-de-honra ao retrato do ditador por parte de crianças nativas, devidamente enquadradas pela figura protetora de um militar, complementa o que nos é mostrado nas Figuras 2 e 3: o *homem cordato* não dispensa a submissão, que apesar de ser mais subtil que a

⁹ Se o uso da fotografia na produção deste género de materiais propagandísticos conferia um sentido de autenticidade e *verdade*, a maior parte do material distribuído recorria ao desenho, em alguns casos apenas ao texto – como ilustração destas formas de expressão, cf. Afonso & Gomes, 2016.

¹⁰ Aponta, também, para uma outra referência importante, a do *homem cordial*, que Sérgio Buarque de Holanda, na segunda vida da sua obra de referência (1948), *Raízes do Brasil*, vê como herança indesejada da presença portuguesa nesse território.

¹¹ Note-se que o *efeito de verdade* que a imagem fotográfica proporciona dá aqui lugar a um outro efeito, igualmente profícuo, assente numa leitura simbólica construída pela composição gráfica.



Fig. 4 [Símbolos de dominação]

A cordialidade e aproximação às populações nativas por parte dos militares portugueses não deve ser subsumida a mera expressão de voluntarismo, já que obedecia a uma estratégia de *guerra psicológica*, que combinava Ação Psicológica (distribuição de panfletos e mensagens radiofônicas, por exemplo) com Ação Psicossocial, sendo neste âmbito que se apostava na aproximação às populações:

A estratégia veiculada pela Acção Psicossocial – conquistar as populações, captando o seu afecto, para retirar ao inimigo o terreno onde actuava – constituiu parte integrante da guerra e da manobra militar portuguesa, e foi talvez mais decisiva para assegurar a permanência das Forças Armadas no terreno durante 13 anos do que as operações de assalto, as emboscadas e os golpes de mão (Afonso & Gomes, 2016, p. 22).

Independentemente de motivações subjetivas, esta aproximação às populações nativas tinha um sentido instrumental, o de demarcar os espaços de pertença, dando sentido a um conjunto de categorias binárias —português/estrangeiro; aldeamento/mato; disciplinado/rebelde —, amplamente usadas. Dizendo de outra forma, o esforço de aproximação às populações, que configura uma igualização simbólica, tem como corolário a exposição de uma fratura entre um *corpo nacional*, imaginado como integrado e cordato, e interesses estrangeiros, capazes de seduzir os nativos com enganos e falsas promessas. Se qualquer conflito implica fratura, uma guerra que não assente no confronto entre diferentes soberanias permite a colocação do ponto de sutura no lugar mais conveniente para a narrativa hegemónica. Neste caso, a narrativa tecida pelo regime ditatorial que governava Portugal, tornada hegemónica por uma forte densificação de controlo que permitiu a sua longa duração (Rosas, 2015), prescrevia mais que a mera integridade territorial do império. Pressupunha um englobamento de natureza espiritual, com expressão política numa figura de *união nacional*, e com expressão cultural na ideia de *missão*, entendida como orientação para um modo de vida *autenticamente português*.¹² A Ação Psicológica enquadrava-se num conhecimento tático e estratégico classificado como Guerra Subversiva (Afonso & Gomes, 2016, p.19), e foi um dos instrumentos

¹² Esta orientação para um *modo de vida português*, visto como *natural e autêntico*, não se circunscrevia aos territórios coloniais, sendo uma pedagogia aplicada ao espaço metropolitano, apresentando-se como condição de reconciliação da nação com a sua *essência perene* (Cunha, 2001).

usados na tentativa de validar os traços fundamentais da ordem colonial. Os folhetos e cartazes que apelavam à desmobilização são expressão da tentativa de ajustar a narrativa às circunstâncias da guerra, colocando fora do corpo nacional os *bandidos*, quase sempre associados a interesses estrangeiros que supostamente se valiam da ingenuidade dos nativos para os enganar. As duas fotografias usadas na Figura 5, ainda enquadráveis no registo de cordialidade e de procura de harmonia com as populações, recorre a dicotomias explícitas – mata/sanzala; bichos/gente – e implícitas – alegre, paz e sossego, face à guerra e à miséria que esperava quem se ligasse aos *bandidos* – para definir a linha de fratura entre pertença e exclusão. O folheto reproduzido na Figura 6 é ainda mais claro: importa fugir do *bandido* e encontrar refúgio na tranquilidade da sanzala que as forças portuguesas protegem.¹³

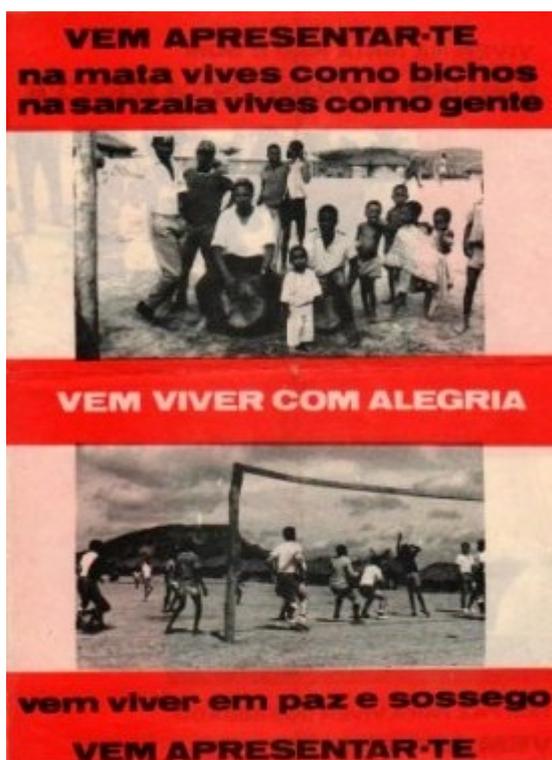


Fig. 5 [Convite à «civilização»]

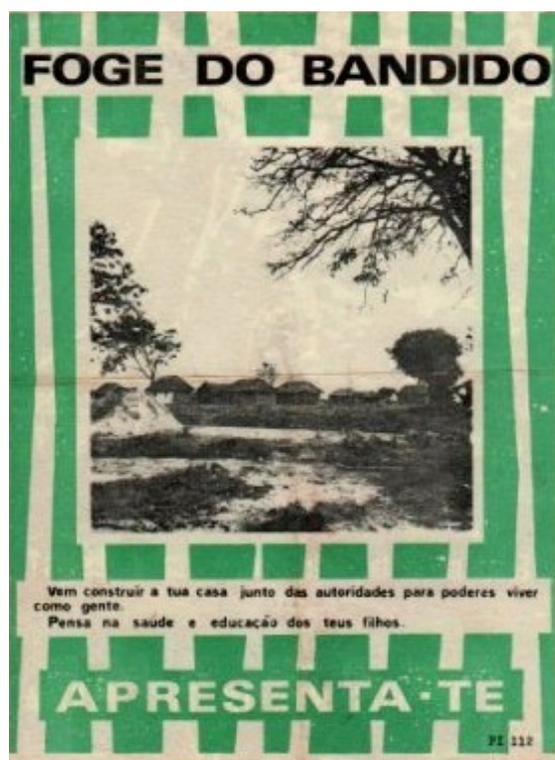


Fig. 6 [A ordem e o perigo]

Como atrás referimos, o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos sem a correspondente definição do que deve ser entendido como *um povo*, não foi suficiente para garantir consenso no processo de transição colonial, nem mesmo para assegurar um ordenamento constitucional sólido na ordem pós-colonial dos novos países.¹⁴ O entendimento da guerra colonial por parte das autoridades portuguesas assentava num argumento de ilegitimidade, não apenas por não estarem em confronto duas ordens soberanas, mas também por existirem interesses estrangeiros no fomento e manutenção

¹³ É abundante este género de folhetos apelando à desmobilização. Destinados a ser disseminação por via aérea, há vários exemplares dentro da linha gráfica das Figuras 5 e 6, a que se juntam outros modelos, fazendo o mesmo apelo, sendo frequente a promessa de recompensas matérias pela rendição e entrega de armas por parte dos rebeldes, muitas vezes redigidos em árabe e em outras línguas locais.

¹⁴ O princípio da intangibilidade das fronteiras legadas pela colonização levou à constituição de estados plurais e ao reenquadramento das fraturas étnicas no direito das minorias, o que nem sempre garante coesão interna (Villoro, 2002, p. 225).

do conflito. A diplomacia portuguesa não teve grande sucesso na exportação desta leitura do conflito, mas todos os esforços são feitos para que internamente ele se imponha, *ensinando*, às populações metropolitanas e às das colónias que quem se opunha à permanência de um *Portugal do Minho a Timor* não fazia parte do corpo nacional, ao contrário, eram pessoas de *fora*, terroristas que recorriam ao engano e a falsas promessas para mobilizar (leia-se enganar) alguns dos *nossos*. Importante, por isso, sinalizar os casos de retorno à ordem e de rejeição do engano, o que a propaganda se encarrega de fazer. Os testemunhos pessoais, devidamente assinados, como o que nos mostra a Figura 7, desempenham esse papel com eficácia: a foto da *convertida* confere autenticidade ao testemunho, e a singeleza da mensagem é uma peça mais na efabulação de um colonialismo brando, humano e cordato. Tenha-se em conta que neste caso imagem e texto são indissociáveis, ambas transportando o recetor para uma evidência de verdade, quer dizer, para um caso real, supostamente reconhecível e identificável. Trata-se, também neste caso, de um expediente comum, como se pode comprovar por outros exemplos – cf. Afonso & Gomes, 2016.

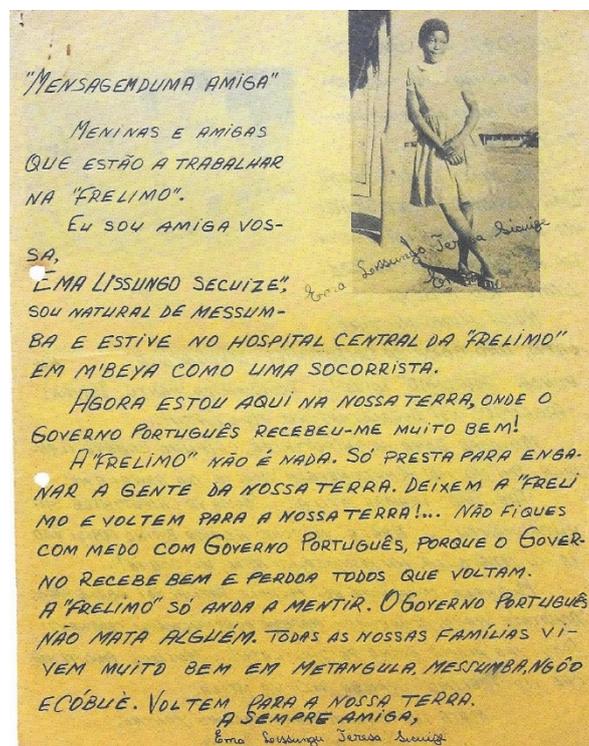


Fig. 7 [Alma conquistada]

4. Violência, barbárie e virtude dos heróis

A utilização da fotografia para documentar conflitos armados começou muito cedo, quase se pode dizer que acompanhou o nascimento da própria fotografia (Fox, 1996). As páginas de jornais e revistas foram um dos meios privilegiados para a difusão dessas imagens, que em muitos casos reportavam atos cruéis e desumanos. A crença de que a fotografia nos oferece uma transposição da realidade ajuda a explicar o seu sucesso e a razão que fez desse valor testemunhal um instrumento propagandístico de grande eficácia: “Por volta de 1860, a propaganda ilustrada começou a utilizar a fotografia, que

proporcionava vantagens especiais em termos de realismo” (Thomson, 2000, p. 42).¹⁵ Este uso propagandístico faz-se muitas vezes por forma a conter ou a acentuar os atos de crueldade fotografados, de acordo com a parte que os cometeu. No caso da guerra colonial, não faltam exemplos desta instrumentalização da violência por ambas as partes em conflito, num jogo de espelhos que procurava objetivar a mesma realidade, atribuindo-a a diferentes agentes. As Figuras 8 e 9 ilustram o que acabámos de dizer.

A primeira resulta de uma reportagem publicada na revista francesa *Paris-Match* em 1973, e documenta a decapitação de um rebelde moçambicano por militares portugueses, dessa forma dando a ver ao mundo uma crueldade totalmente incompatível com a imagem de um colonialismo de face humana que Portugal reivindicava para si. A Figura 9, que reporta ao início do conflito no norte de Angola, concretamente aos massacres perpetrados pela UPA (União das Populações de Angola) em 1961, faz parte de um conjunto de imagens fortes usadas por Portugal na sua tentativa de garantir mobilização interna e legitimar a resposta militar para quem observava do exterior.¹⁶

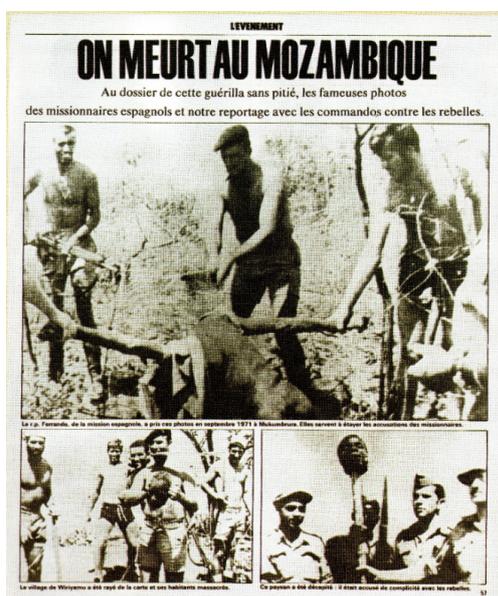


Fig. 8 – 1973 [Imprensa internacional]



Fig. 9 – 1961 [Massacre inicial]

Ao convocarmos estas duas expressões de crueldade, não é nossa intenção traçar paralelismos que, sem maior discussão, inevitavelmente as desenquadrariam. Queremos, isso sim, chamar a atenção para a instrumentalização da imagem, tanto para efeito de mobilização interna, como na captura de simpatia externa. Para os interesses coloniais, importava desqualificar os movimentos de libertação, diminuindo a importância real dos seus atos, classificados como atividade terrorista alimentada desde o exterior. Da parte de

¹⁵ Não foi necessário esperar pela fotografia digital, e correspondente incremento dos recursos técnicos que permitem a falsificação, para conhecermos exemplos de manipulação de imagem e, nesse sentido, de construção *fotograficamente realista* do que nunca sucedeu (Freund, 1995, p. 153 ss.).

¹⁶ Na responsabilização pelos tumultos ocorridos na Baixa de Cassange é desde logo apontada a influência estrangeira, nomeadamente por parte da empresa responsável pela exploração de algodão, atividade dominante na região, que denuncia “indígenas das sanzalas (...) doutrinados (...) por agitadores vindos da República do Congo” (Curto & Cruz, 2012, p. 4). Quase de imediato, ainda nesse mesmo ano de 1961, a Agência Federal do Ultramar publica a obra *Angola Mártir*, abundantemente ilustrada com fotografias que mostravam a violência e crueldade dos atos cometidos pela UPA – cf. Ramos, 2014).

quem lutava pela independência, a força da imagem é usada com os mesmos objetivos genéricos: obter adesão entre os próximos e simpatia entre os que, estando fora do conflito, tinham poder de intervenção nas instâncias internacionais¹⁷. Recorre, todavia, a distintos tópicos narrativos, apostando na denúncia das injustiças do processo colonial

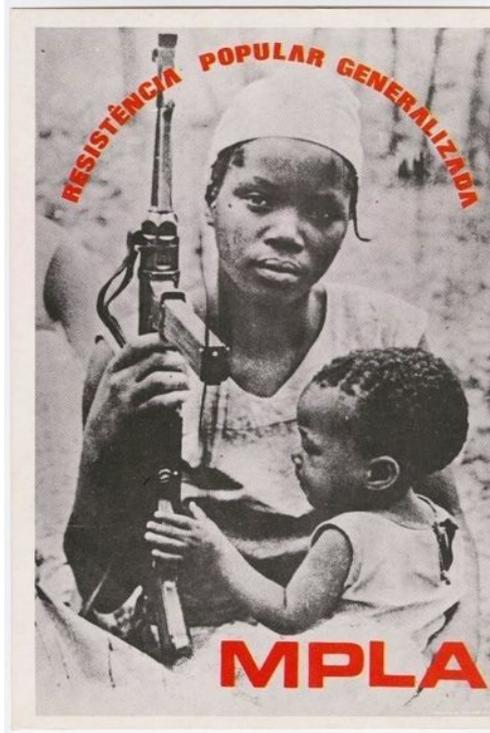


Fig. 10 [Ícones da resistência africana]

em relação à violência perpetrada pelas forças portuguesas como em relação aos acertos de contas entre diferentes grupos independentistas. Uma dessas biografias exemplares é a de Deolinda Rodrigues, que vemos na Figura 11. O cartaz é recente mas a história é antiga: capturada pela FNLA no decorrer de uma missão militar no interior de Angola, Deolinda Rodrigues e mais quatro companheiras foram assassinadas por guerrilheiros daquele movimento. O dia da sua captura, 2 de março, foi designado Dia da Mulher Angolana em sua memória, surgindo a evocação do seu sacrifício como ponto de fratura na ordem pós-colonial, distinguindo o MPLA, que Deolinda Rodrigues integrava, de potenciais forças de oposição dentro do novo estado independente.

como forma de alimentar a mobilização e a vontade de combater. A Figura 10 destaca o papel da mulher na luta pela libertação, importando sublinhar que a criança desempenha aqui um papel bem diferente do que vimos atrás. Se na Figura 3 existe também uma arma, a criança não a toca, parecendo antes confiar no braço que a empunha, e se na Figura 4 as crianças são mostradas como ilustração da proteção que a bandeira e o ditador supostamente assegurariam, o que vemos na Figura 10 é uma desconstrução da ideia implícita de inocência, mostrando, ao contrário, como todos se dispõem para a luta. Estamos, sem dúvida, perante uma imagem forte, seja pelo olhar determinado da guerrilheira, seja pela presença da criança que, ao tomar a arma, sugere uma ideia de continuidade da luta¹⁸.

É dentro deste quadro narrativo que as ideias de sacrifício e mesmo de martírio desempenham um papel relevante. A resistência e o sofrimento geraram *biografias exemplares*, tanto de combatentes como de vítimas inocentes, tanto

¹⁷ É sempre uma simplificação considerar em bloco as diversas movimentações independentistas, cuja clarificação, no entanto, escapa aos objetivos deste trabalho – cf. Pimenta, 2012).

¹⁸ Esta foto merece uma nota adicional. Embora usada pelo MPLA, a guerrilheira em causa, Phila Portia Ndwandwe, foi membro do MK, braço armado do Congresso Nacional Africano, criado por Nelson Mandela em 1961. Operando na Suazilândia, esta mulher foi capturada pelas forças sul-africanas, que a torturaram e executaram – cf. <https://web-archive-org.translate.google/web/20161010040010/https://www.sahistory.org.za/people/phila-portia-ndwandwe? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt-PT& x tr pto=nui,op,sc> (consultado em 16/11/2021).

Outra biografia exemplar é a do jovem Augusto Ngangula, apresentado como pioneiro do MPLA e mártir abatido pelo colonialismo português (Figura 12). Também o dia da sua morte, 1 de dezembro, se tornou memorável como Dia do Pioneiro Angolano. De acordo com a narrativa oficial, esta criança foi capturada por militares portugueses quando regressava de uma escola do MPLA. Interrogada acerca da localização das bases militares do movimento, resistiu a responder acabando por ser morta. Esta recusa em trair o movimento fez de Augusto um herói, apresentado como exemplo pelo MPLA.¹⁹ Independentemente de ser verdadeira ou forjada, a história de Augusto Ngangula e a sua imagem, tanto em fotografia como em desenho, foi abundantemente utilizada. Optámos por convocar aqui a versão em inglês de um *poster* usado na promoção da luta independentista, mas a referência a Augusto Ngangula continuou a ser feita em Angola mesmo após a independência, como o comprova a emissão de um selo postal no 20º aniversário da sua morte. Compreende-se facilmente esta utilização, já a sua história condensa um conjunto de mensagens que lhe dão relevo na argumentação independentista. Desde logo por estar em causa uma criança que não comete maior crime que o de frequentar uma escola do MPLA. Por outro lado, por vincar a heroicidade de quem recusa, mesmo sob tortura, revelar segredos e trair uma causa. Finalmente, por

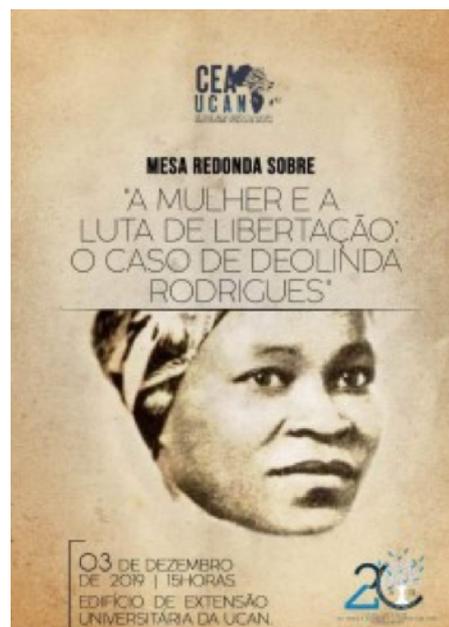


Fig. 11 – 2019 [A força da memória]

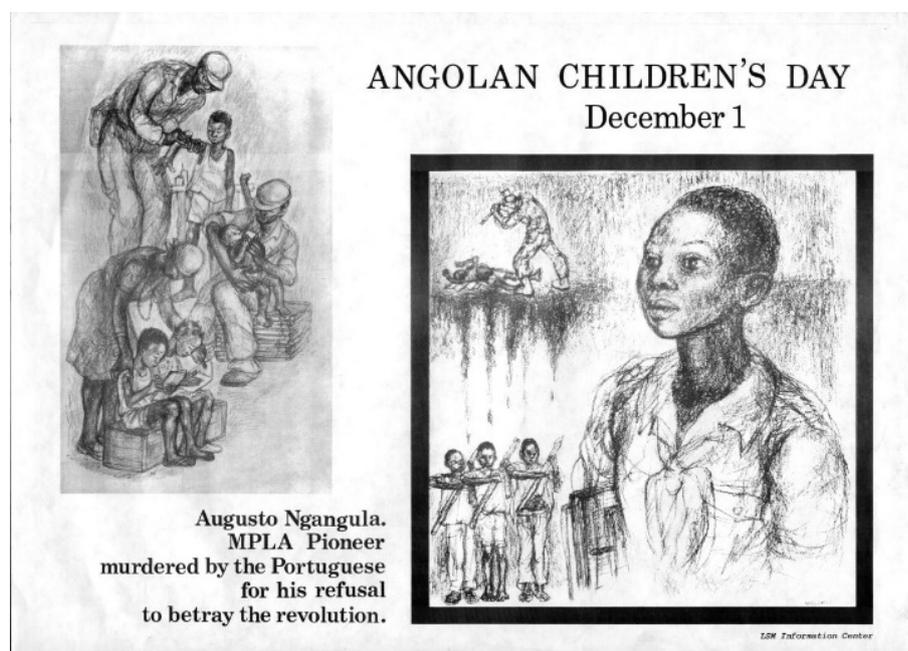


Fig. 12 [Narrativas de construção nacional]

¹⁹ A história talvez um pouco mais complexa ou obscura, pelo menos de acordo com a UNITA, que alega que esta criança nunca existiu, tendo o episódio sido criado pelo MPLA na tentativa de provar que tinha bases no interior do território angolano – para a UNITA a fotografia usada pelo MPLA, e que vemos na Figura 12, seria do filho de um comandante das FAPLA, a força militarizada do MPLA Cf. <https://www.facebook.com/835713659900178/posts/1838508342954033/> (consultado em 21/11/2021).

sinalizar um comportamento não apenas violento mas também cruel atribuído a militares portugueses e, por extensão, ao próprio colonialismo.

No contexto colonial português, sobretudo após a eclosão das guerras de libertação, a

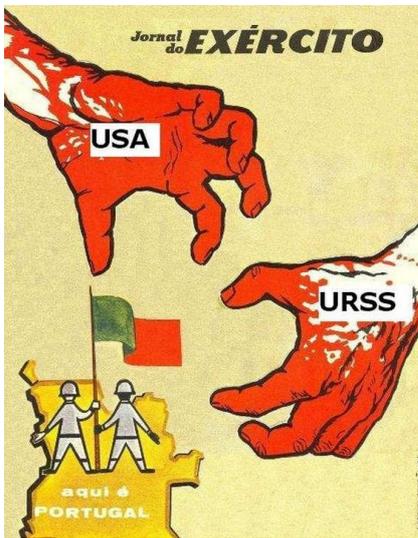


Fig. 13 – Jornal do Exército, 1961

utilização de imagens, fotográficas ou não, ganhou especial relevo, transformando-se num recurso de que ambas as partes em conflito fizeram uso. Visando diferentes objetivos, partiam de uma mesma convicção: é possível obter ganhos de causa combinando as imagens adequadas com as palavras certas. As forças portuguesas, organizadas num exército regular com recrutamento obrigatório, dispensavam o apelo à adesão militante, muito embora orientassem para o próprio grupo muita da propaganda que produziam. Era importante projetar uma imagem de normalidade e também de adesão à causa nacional por parte das populações indígenas, desde logo das crianças, vítimas inocentes da guerra, mas também dos guerrilheiros arrependidos e dos régulos indecisos quanto à fidelidade a seguir, como se vê em vários folhetos.²⁰ Esta busca de ganhos internos foi

complementada por propaganda orientada para o exterior, também aqui pelas diferentes forças em confronto, que buscavam apoio entre os respetivos aliados internacionais num contexto, convém recordar, de Guerra Fria.

Tenha-se em conta que após a II Guerra Mundial, o processo de descolonização dos territórios africanos por parte dos países europeus assumira uma dimensão global, desenhando um sentido histórico inescapável, apesar dos esforços de um real desenvolvimento económico, sobretudo por parte de franceses e ingleses (cf. Cooper, 2020). Ainda assim Portugal procurou resistir, defendendo que a singularidade lusotropicalista isentava o império da chancela colonial, acenando com exemplos de cordialidade com as populações africanas, ao mesmo tempo que se mostrava ao mundo no papel de vítima. Estando do *lado certo* da História, os movimentos de libertação serviram-se de argumentos fortes: a evidência da exploração colonial e a capacidade de mobilização em torno de uma causa justa. Confrontavam-se, porém, com aquilo que os dividia internamente e com a desconfiança decorrente da Guerra Fria no plano externo. Portugal procurou alimentar estes dois fatores, fomentando a divisão interna e acenando aos aliados ocidentais com a ameaça comunista, tentando, dessa forma, contornar as pressões cada vez mais fortes que se faziam sentir nas instâncias internacionais. Para consumo interno o discurso era outro, e dele já conta: os movimentos independentistas estavam ligados a movimentações de potências interessadas nos territórios sob administração portuguesa (Figura 13). A independência alcançada abre todo um universo de possibilidades e de esperança, de que é parte o Dia da Mulher Africana celebrado no cartaz reproduzido na Figura 14. De algum modo, é o desenho de um novo mundo, construído no pós-guerra, que está em debate nas mensagens propagandísticas que se cruzam no estertor do colonialismo português. Apesar de não usarem fotografias, foi com

²⁰ Referimo-nos, concretamente, a uma série de vinhetas, semelhantes a banda desenhada, distribuídas na Guiné-Bissau, combinando um título e um pequeno texto com uma gravura reportando a situações de rendição ou da prestação de auxílio pelas forças portuguesas. Uma boa coleção deste género de vinheta foi recolhida por Luís Graça, militar em serviço na Guiné, podendo ser visto em https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/guine_guerracolonia17_geba.html (consultado em 16/11/2021).

as Figuras 13 e 14 que decidimos concluir este trabalho, justamente por entender que elas pontuam esse debate. De um lado a promessa de um «novo mundo», do outro a incompreensão pelas consequências políticas e geoestratégicas do final da guerra e da vitória das democracias. Olhados a esta distância, a expressão de temor e de esperança, que cada um deles transmite, talvez nos pareçam hoje excessivamente *naïfs*, mas importa não esquecer que foi em nome desses sentimentos que homens e mulheres se enfrentaram de armas na mão nas matas africanas. As formas de mobilização e de resistência, tal como os apelos à desistência, foram a parte de uma guerra que trocou as armas por imagens e palavras, convocando símbolos e representações sobre o *mesmo* e o *outro*, ora apelando a fidelidades, ora lembrando as injustiças que justificavam a luta.

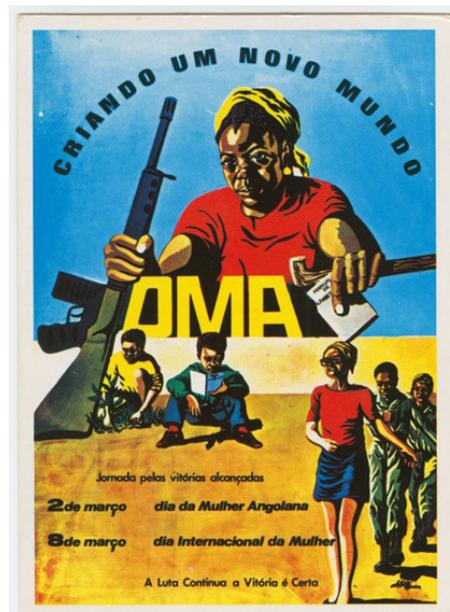


Fig. 14 – 1976 [O papel da mulher]

REFERÊNCIAS

- Afonso, A. & Gomes, C. de M. (2016). *A Conquista das Almas*. Lisboa: Ephemera & Tinta-da-China.
- Benot, Y. (1981). *Ideologia das Independências Africanas*. 2 vols. Lisboa: Sá da Costa.
- Bethencourt, F. (2015), *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Temas & Debates.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado. Curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70.
- Clausewitz (1955). *De la Guerre*. [1ªed. 1832] Paris: Les Éditions de Minuit.
- Cooper, F. (2020). *Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Cunha, L. (2001), *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento.
- Curto, D. R. & Cruz, B. P. da (2012). Terores e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, janeiro e fevereiro de 1961, in Jerónimo, M. B. (org.), *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70. pp. 3-35.
- Fox, R. (1996). *Camera in Conflict*. Köln: Könemann.
- Freund, G. (1995). *Fotografia e Sociedade*. Lisboa: Vega.
- Habermas, J. (2015). *Teoria Política. Obras Escolhidas*. vol. IV. Lisboa: Edições 70.
- Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Porto: Campo das Letras.

- Holanda, S. B. de (2000). *Raízes do Brasil*. [1ª ed. 1936; 2ª ed. 1948, revista]. Lisboa: Gradiva, 2000.
- Kant, I. (1995). *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. [1ª ed. 1795]. Lisboa: Edições 70.
- Lourenço, E. (1992), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*. [1ª ed. 1978]. Lisboa: Dom Quixote.
- Maquiavel (1994). *O Príncipe*. [1ª ed. 1532]. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Pimenta, F. T. (2012), Os nacionalismos no Império: Angola e Moçambique, in Jerónimo, M. B. (org.), *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)* (pp. 59-85), Lisboa, Edições 70.
- Quintais, L. (2000). *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*. Lisboa: ICS.
- Afonso, D. R. (2014), Angola, 1961, o horror das imagens. In Vicente, F. L. (2014). *O Império da Visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70. pp. 399-434.
- Ribeiro, M. C. (2012). Letras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa. In Jerónimo, M. B. (org.), *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70. pp. 515-546.
- Rosas, F. (2015). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa :Tinta-da-China.
- Thomson, O. (2000). *Uma História da Propaganda*. Lisboa: Temas & Debates.
- Vecchi, Roberto (2010). *Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Lisboa: Afrontamento.
- Villoro, L. (2002). Multiculturalismo y derecho. In Krotz, E. (ed.) (2002). *Antropología Jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho*. Barcelona: Anthropos Editorial. pp. 213-233.
- Vicente, F. L. (2014). *O Império da Visão. Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70.
- Vieira, J. (1999). *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1930-1940*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- _____ (2000^a). *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1960-1970*, Lisboa: Círculo de Leitores
- _____ (2000^b). *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1970-1980*, Lisboa: Círculo de Leitores.

ORIGEM DAS IMAGENS

Fig. 1 – 1936, Coleção José Manuel Paula. In Vieira, Joaquim (1999), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 58.

Fig. 2 – 1971, Biblioteca Nacional de Lisboa. In Vieira, Joaquim (2000^b), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1970-1980*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 46.

Fig. 3 – 1969, Cartaz produzido para a Ação Psicológica do Exército Português. In https://www.researchgate.net/figure/Cartaz-produzido-para-a-Acao-Psicologica-do-Exercito-Portugues-em-outubro-de-1969_fig1_332121929.

- Fig. 4 – Centro de Documentação 25 de Abril. In Vieira, Joaquim (2000^a), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1960-1970*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 47.
- Fig. 5 – Arquivo Ephemera. Disponível in <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/01/propaganda-na-guerra-colonial-1.html>. Consultado a 15/11/2021.
- Fig. 6 - Arquivo Ephemera. Disponível in <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/01/propaganda-na-guerra-colonial-1.html>. Consultado a 15/11/2021.
- Fig. 7 - Arquivo Ephemera. Afonso, Aniceto & Gomes, Carlos de Matos (2016), *A Conquista das Almas*, Lisboa, Ephemera & Tinta-da-China.
- Fig. 8 – 1973, *Paris-Match*, Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. In Vieira, Joaquim (2000^b), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1970-1980*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 50.
- Fig. 9 – 1961, Manuel Graça. In Vieira, Joaquim (2000^a), *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1960-1970*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 36.
- Fig. 10 – Cartaz do MPLA. Disponível in <https://wayback.archive-it.org/11788/20200108172952/http://exhibitions.nypl.org/africanaage/images.html>. Consultado em 15/11/2021.
- Fig. 11 – Cartaz de Mesa Redonda, organizado pela Universidade Católica de Angola em 2019. Disponível in <http://www.embaixadadeangola.pt/mulher-e-luta-de-libertacao-deolinda-rodrigues-mesa-redonda-luanda/> Consultado em 15/11/2021.
- Fig. 12 – Hoover Institution Digital Collections Disponível in <https://calisphere.org/collections/27011/>. Consultado 15/11/2021.
- Fig. 13 – 1961, capa do *Jornal do Exército*. Disponível in https://www.reddit.com/r/HistoriaEmPortugues/comments/jjmuob/propaganda_do_estado_novo_aqui_%C3%A9_portugal_capa_do/. Consultado em 15/11/2021.
- Fig. 14 – 1976, cartaz da Organização da Mulher Angolana. Disponível in <https://search.iisg.amsterdam/Record/801003>. Consultado em 15/11/2021.